



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

382B

01

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0121235-5

AGRAVANTE: Usina Pedroza S/A

AGRAVADO: Município de Cortês

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. 1. A decisão agravada, autorizativa de imissão de posse, foi prolatada em 31/01/2005, tendo em vista o implemento, pelo agravado/expropriante, das condições ali estabelecidas. 2. Em face dessa decisão, foram interpostos embargos declaratórios, o que implicou na interrupção do prazo para o ajuizamento dos demais recursos, ainda que o magistrado *a quo* não tenha conhecido os mesmos, por entender inadequada a via eleita. 3. Nesses termos, rejeita-se a preliminar de intempestividade do recurso, na qual se alegou que a ciência da decisão agravada teria ocorrido na data da interposição dos embargos declaratórios. 4. Não há que se falar em defeito de representação, por não constar dos autos instrumento procuratório outorgado pelo Município, uma vez que a ausência de juntada de procuração se deveu ao fato de que a advogada subscritora da petição inicial da expropriação é procuradora do Município agravado (o que restou provado nos autos, ante a juntada de cópia da Portaria que a nomeou para o cargo). 5. O Supremo Tribunal Federal firmou posição no sentido de que a garantia de indenização justa, prevista na CF/88, não difere da disciplina das Constituições anteriores (antes da CF/88, determinava-se a imissão provisória na posse mesmo antes da citação do expropriado, bastando que o expropriante declarasse a urgência da medida e efetivasse o depósito prévio), prevalecendo o entendimento tradicional de que só para a perda da propriedade, ao final da ação de desapropriação (e não a mera imissão provisória do imóvel), é necessária a garantia da justa e prévia indenização. 6. A totalidade do *quantum* indenizatório apenas será definida em sentença, quando a municipalidade expropriante, se for o caso, complementar o valor inicialmente depositado (em caráter provisório), sobre o qual, inclusive, incidirão os juros compensatórios. 7. Nesse passo, a pretensão da agravante, de discutir o valor total da justa indenização devida pela desapropriação, é debate que deverá desenvolver-se em momento próprio, no curso da ação da desapropriação. 8. Estando o magistrado autorizado a deferir a imissão provisória na posse quando presentes a declaração de urgência da entidade expropriante e o depósito em juízo da importância fixado segundo critério previsto em lei, não se verifica eiva de ilegalidade na decisão de primeiro grau. 9. No contexto dos autos, tem-se por densa em verossimilhança a alegação do Município de que a área objeto de desapropriação consolidou-se, durante largo espaço de tempo, como objeto de utilização constante pela população, sem oposição do particular, o que a rigor confere-lhe o *status* de bem que, não obstante de domínio particular, destinou-se ao uso público. 10. Em vista disso,

*[Assinatura]*

AI 0121235-5



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

383

02

em juízo de cognição sumária, não exauriente, aparenta-se estar diante de uma área de terra que, *de fato*, já detém a natureza de *bem de uso comum do povo*, que, como tal, não poder ter a sua *posse* reivindicada pelo titular do domínio registral, muito embora assista ao proprietário o direito de ser plenamente indenizado. **11.** Nessa ordem de idéias, a autorização de imissão provisória do Município na posse da área se apresenta como ato de regularização de uma situação de fato já adrede constituída. **12.** Agravo de Instrumento improvido, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 0121235-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, revogando a liminar anteriormente concedida, nos termos do voto do relator, que faz parte integrante deste acórdão.

Recife, 03 de dezembro de 2009 (data do julgamento).

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

374  
@  
02

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0121235-5  
AGRAVANTE: Usina Pedroza S/A  
AGRAVADO: Município de Cortês  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Ribeirão, nos autos da Ação de Desapropriação proposta pelo **Município de Cortês** em face da **Usina Pedroza**, processo tombado sob nº 8.243/04.

Distribuída a expropriatória, o Juízo *a quo* proferiu despacho que, dentre outros comandos, determinou que, havendo declaração de urgência e efetuado o depósito, restaria deferida a imissão provisória na posse (fls. 107 destes autos).

Posteriormente a essa decisão, o agravado/expropriante peticionou nos autos aduzindo urgência na imissão na posse da área objeto da expropriação – 9,6151 ha do terreno do banho da cerveja –, informando da realização de depósito judicial, no valor de R\$ 9.563,58 (nove mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos), em favor de Vale Verde Empreendimentos Ltda., e requerendo a imissão provisória na posse.

Ato contínuo, foi prolatado despacho determinando que fosse dado cumprimento às determinações contidas no despacho inaugural (fl. 109 destes autos).

Em face dessa decisão, a ora agravante ingressou com embargos declaratórios aduzindo ser a mesma contraditória, por ter autorizado a imissão na posse – uma vez que o depósito não foi realizado em seu favor, mas em proveito de pessoa diversa – e, bem assim, que o magistrado *a quo* foi omissivo, por não ter se pronunciado acerca do valor depositado – se esse atenderia ao pressuposto da justa indenização.

Os aclaratórios foram julgados improcedentes em 10/02/2005 (fls. 131/132 destes autos), tendo a agravante sido intimada da respectiva decisão em 22/02/2005 – conforme certidão acostada à fl. 37 destes autos.

Registre-se que, em que pese terem sido juntadas a esses autos, a título de ‘decisão agravada’ cópias de todas as decisões supra mencionadas (fls. 107; 109; 131/132), a certidão de intimação da decisão agravada se refere à decisão dos embargos declaratórios (fls. 131/132).



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

375  
@  
oh

Nas presentes razões recursais, a agravante suscitou a necessidade de concessão de efeito suspensivo ao agravo, ao argumento de que: (a) não haveria que se falar em urgência na hipótese, eis que o objeto da desapropriação é área utilizada em programa de responsabilidade social da agravante/expropriada; (b) inexistiria dotação orçamentária para fazer face à indenização; (c) o valor depositado (R\$ 9.563,58) não se coadunaria com a justa indenização – eis que o imóvel expropriado estaria estimado em aproximadamente R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais); (d) não haveria nos autos comprovação da realização do depósito.

Aduziu, outrossim, que o *periculum in mora* decorreria do fato de que os advogados que atuam em nome do Município não estariam habilitados nos autos.

No mérito, pugnou pela reforma da decisão agravada, no que se refere à determinação da imissão provisória na posse do imóvel de sua propriedade, argumentando, em suma, que: (i) a decisão careceria de fundamentação jurídica; (ii) o preço arbitrado para a imissão na posse seria vil, desatendendo o pressuposto da justa indenização; (iii) a imissão provisória na posse teria como pressuposto necessário a avaliação judicial prévia do bem objeto da desapropriação; (iv) a avaliação realizada unilateralmente pelo expropriante/agravado não teria validade, tendo em vista a ausência de imparcialidade do avaliador (o Secretário de Obras do Município) e a desatenção às normas técnicas da ABNT.

Interposta a presente insurgência, a relatoria anterior deferiu o pleito de concessão de efeito suspensivo ao recurso, sobrestando a imissão provisória na posse pelo agravado/expropriante, o que ensejou a interposição do agravo regimental apenso (nº 0121235-5/01).

Em contra-razões a este agravo, a agravada, em preliminar, suscitou a intempestividade do recurso, e refutou o defeito de representação, trazendo aos autos cópia de Portaria de nomeação da subscritora da petição inicial da ação de expropriação para o cargo de Procuradora do Município agravado.

No mérito, pugnou pelo improvimento do agravo, argumentando: (i) que o preço ofertado se afiguraria adequado; (ii) que a agravante estaria impedindo o acesso à área objeto da expropriação, alegadamente utilizada pela população há mais de 30 (trinta) anos; (iii) que a Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda., em nome da qual o depósito judicial foi feito, seria empresa do mesmo grupo da agravante (o Grupo Antônio Farias).

O Ministério Público com assento nesta instância recursal absteve-se de se pronunciar (fls. 344/345).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

376  
C

05

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

~~Recife, 23 de novembro de 2009.~~

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

384 B

06



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0121235-5  
AGRAVANTE: Usina Pedroza S/A  
AGRAVADO: Município de Cortês  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO**

O agravado alega a intempestividade do presente agravo de instrumento, argumentando que a ciência da decisão agravada teria ocorrido em 03/02/2005 – data da interposição dos embargos declaratórios – e o agravo somente teria sido aforado em 02/03/2005.

A solução da preliminar em tela demanda, primeiramente, a identificação da decisão objeto da presente insurgência.

Isso porque a agravante direciona sua irrisignação contra a determinação de imissão provisória do agravado/expropriante na posse no imóvel objeto da desapropriação.

A decisão que exarou tal determinação foi a prolatada em 31/01/2005, que mandou cumprir o despacho o inaugural – que autorizara a imissão em questão, no caso de haver declaração de urgência e realização de depósito –, tendo em vista o implemento, pelo agravado/expropriante, das condições ali estabelecidas.

Ocorre que a agravante interpôs embargos declaratórios em face de tal determinação, o que implica na interrupção do prazo para o ajuizamento dos demais recursos, ainda que o magistrado *a quo* não tenha conhecido dos aclaratórios, por entender inadequada a via eleita.

Não visualizo, pois, a intempestividade argüida pelo Município agravado.

Prosseguindo, anoto que a empresa agravante suscita, a seu turno, a irregularidade de representação da agravada, por não constar dos autos instrumento procuratório outorgado pela mesma.

Em contra-razões, o agravado argumenta que a ausência de juntada de procuração se deveu ao fato de que a advogada subscritora da petição inicial da expropriação é procuradora do Município agravado.

E, na oportunidade, acostou aos autos cópia da Portaria que a nomeou para o cargo de procuradora do Município de Cortês (documento de fl. 306).

385 P

07



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Nesse panorama, é de se concluir que não há que se falar em defeito de representação. Nessa linha:

*PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – PETIÇÃO RECURSAL SUBSCRITA POR ADVOGADO QUE NÃO OSTENTA A CONDIÇÃO DE PROCURADOR AUTÁRQUICO – AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO – TRASLADO INCOMPLETO – JUNTADA POSTERIOR DAS PEÇAS OBRIGATÓRIAS – DESCABIMENTO.*

**1. A representação processual de município independe de instrumento de mandato, desde que seus procuradores estejam investidos na condição de servidores municipais, por se presumir conhecido o mandato pelo seu título de nomeação ao cargo.**

2. A simples menção da condição de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil indica a contratação do profissional para o caso concreto. Nessa hipótese, é fundamental a procuração.

3. A ausência do traslado da procuração outorgada ao advogado do agravante na instrução do agravo de instrumento leva ao seu não conhecimento.

4. Descabe a posterior juntada das peças obrigatórias, necessárias à análise do agravo de instrumento, porque operada a preclusão consumativa.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 790.516/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2006, DJ 15/12/2006 p. 346)

Passo ao exame da questão de fundo, que diz respeito à imissão provisória na posse na ação de desapropriação em tela.

Na hipótese, o magistrado *a quo*, diante da alegação de urgência e da realização de depósito pelo agravado/expropriante, autorizou a imissão.

Essa determinação, no entanto, conforme antedito, foi suspensa pela relatoria anterior em 12/05/2005, que determinou o “sobrestamento provisório da decisão singular, máxime para que se realize uma avaliação judicial com a complementação, acaso exista, do montante oferecido”.

Merecem registro, nesse momento, que, em 18/12/2007, proferi despacho determinando a expedição de ofício ao Juízo de primeiro grau (Vara Única da Comarca de Ribeirão), a fim de que o mesmo prestasse informações sobre o estágio atual da ação expropriatória originária, especialmente quanto à realização da prova pericial.

Em resposta, o Juízo da Comarca de Cortês, para o qual a ação foi redistribuída, informou que, até aquela data (09/01/2008), não havia sido realizada a avaliação

886 B

08



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

definitiva do imóvel objeto do litígio, determinada em despacho exarado em 25/04/2006.

Verifica-se, assim, ter havido uma indesejável paralisação na tramitação da ação expropriatória no Juízo de primeiro grau, eis que, transcorridos mais de 4 (quatro) anos desde a suspensão da decisão de primeiro grau que determinara a imissão provisória na posse do imóvel objeto da desapropriação "*máxime para que se realize uma avaliação judicial*", não se tem notícia de que esta tenha ocorrido até então.

A empresa a agravante argumenta que o valor depositado judicialmente pelo agravado/expropriante não reflete a justa indenização na hipótese dos autos, e defende a necessidade de uma avaliação judicial como pressuposto para a imissão provisória na posse em ações de desapropriação.

Passo, pois, a cuidar da necessidade de prévia avaliação judicial, e conseqüente depósito do valor respectivo, como requisito para a imissão de posse.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXIV, dispõe que a lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Por sua vez, o Decreto-Lei 3.365/41 estabelece, em seu art. 15, que:

*"Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens."*

Tornou-se, assim, controvertida a questão da exigência da prévia avaliação judicial e pagamento de indenização ao proprietário de bens desapropriados como pressuposto ao deferimento da imissão na posse pelo Poder Público expropriante.

Antes da CF/88, determinava-se a imissão provisória na posse mesmo antes da citação do expropriado, bastando que o expropriante declarasse a urgência da medida e efetivasse o depósito prévio, segundo os ditames do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Com a entrada em vigor da CF/88, o Superior Tribunal de Justiça passou a entender que tal dispositivo não teria sido recepcionado, sobretudo porque em muitos casos eram realizados depósitos em valores irrisórios, que não atendiam à previsão constitucional da justa e prévia indenização em dinheiro (art. 5º, XXIV), e, assim, consignando que a imissão de posse *initio litis* somente seria possível com o depósito do valor apurado em avaliação judicial prévia.



387B  
09

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Todavia, o Supremo Tribunal Federal firmou posição no sentido de que a garantia de indenização justa, prevista na CF/88, não difere da disciplina das Constituições anteriores, prevalecendo o entendimento tradicional de que só para a perda da propriedade, ao final da ação de desapropriação (e não a mera imissão provisória no imóvel), é necessária a garantia da justa e prévia indenização, entendendo como constitucionais (recepção) o art. 15 do Decreto-Lei 3.365/41 e o Decreto-Lei 1.075/70.

Nesse sentido:

“Ação de Desapropriação. Imissão na posse. A imissão na posse, quando há desapropriação, é sempre provisória. Assim, o §1º e suas alíneas do art. 15 do Decreto-Lei 3.365/41 é compatível como o princípio da justa e prévia indenização em dinheiro previsto no art. 5º, XXIV, da atual Constituição. Recurso extraordinário conhecido e provido.” (RE 176108/SP. Rel. Min. Carlos Velloso. Para acórdão, Min. Moreira Alves. Julgamento em 12/06/1997. Tribunal Pleno).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. DESAPROPRIAÇÃO. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. EXIGÊNCIA DO PAGAMENTO PRÉVIO E INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 15 E PARÁGRAFOS DO DECRETO-LEI Nº 3.365/41. PRECEDENTE. 1. O plenário desta Corte declarou a constitucionalidade do art. 15 e parágrafos do Decreto-lei nº 3.365/41 e afastou a exigência do pagamento prévio e integral da indenização, para ser deferida a imissão provisória na posse do bem expropriado. 2. Recurso Extraordinário conhecido e provido.” (RE 216964/SP. Rel. Min. Maurício Corrêa. Julgamento em 10/11/1997, 2ª T.).

Nessa ordem de idéias, afiguram-se preenchidos, na hipótese, os requisitos do art. 15, do Decreto-Lei 3.365/41.

Destaque-se, no ponto, que a totalidade do *quantum* indenizatório apenas será definida em sentença, quando a municipalidade expropriante, se for o caso, complementará o valor inicialmente depositado (em caráter provisório), sobre o qual, inclusive, incidirão os juros compensatórios.

Nessa linha, trago o seguinte precedente deste e. Tribunal:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1 - DESAPROPRIAÇÃO. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. DEPÓSITO PRÉVIO. VALOR NÃO DEFINITIVO. 2 - HONORÁRIOS PERICIAIS. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO ATÉ O OFERECIMENTO DO LAUDO PERICIAL E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FORMULADA PELO PERITO. 1. Diante da reclamada urgência para a imissão provisória em favor do ente público, o valor depositado não é definitivo, sendo apenas conseqüente a perda da

388 B

010



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

*posse do bem. 2. O justo preço indenizatório só será estabelecido ao final, quando deverá ser integralizada a indenização. Conciliação dos princípios da indenização prévia e do interesse público, favorecendo o imediato apossamento do bem expropriado. 3. É de se suspender o depósito, pela agravante, dos valores correspondentes aos honorários periciais arbitrados em juízo, até o oferecimento do laudo pericial e a apresentação da proposta formulada pelo perito. 4. Agravo de Instrumento provido. Decisão por maioria." (Agravo de Instrumento nº 47802-4. Comarca de origem: Rio Formoso. Rel. Des. Jones Figueirêdo. Órgão julgador: 4ª Câmara Cível. Julgamento em 20/12/2002).*

Nesse passo, penso que a pretensão da agravante, no caso em foco, destina-se a discutir o valor total da justa indenização devida pela desapropriação, debate que deverá desenvolver-se em momento próprio, no curso da ação de desapropriação.

*"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO - IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE - DISCUSSÃO ACERCA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO GLOBAL A SER PAGA - QUESTÃO A SER ENFRENTADA EM MOMENTO PROCEDIMENTAL PRÓPRIO - INEXISTÊNCIA DE RISCO DE DANO AO EXPROPRIADO - CONFIRMAÇÃO DA PROVIDÊNCIA LIMINAR. O valor do depósito inaugural, para efeito de imissão provisória do expropriante na posse direta do imóvel expropriado, não corresponde necessariamente ao valor da indenização global a ser paga ao seu proprietário, cujo montante será apurado em etapa procedimental própria, no curso da ação. A inexistência de acessões ou benfeitorias no imóvel desapropriado, para além de refletir no preço da indenização total a ser paga ao particular, constitui fator objetivo para infirmar a alegação desse de existência de risco de dano de difícil reparação. Não padecendo a decisão embargada de qualquer vício de compreensão ou de procedimento, improsperam os aclaratórios. Decisão unânime." (Embargos de Declaração nº 138484-9/01. Comarca de origem: Cabo de Sto. Agostinho. Rel. Des. João Bosco Gouveia de Melo. Órgão julgador: 7ª Câmara Cível. Julgamento em 13/3/2007).*

Nesse termos, estando o magistrado autorizado a deferir a imissão provisória na posse quando presentes a declaração de urgência da entidade expropriante e o depósito em juízo da importância fixado segundo critério previsto em lei, não visualizo eiva de ilegalidade na decisão de primeiro grau.

Por outro lado, afigura-se pertinente, na hipótese dos autos, por em realce alguns aspectos do imóvel objeto da ação de desapropriação.

Isso porque, a agravante afirma que, na área, teria implementado programa de responsabilidade social, e o Município, por seu turno, aduz que a área em questão, conhecida como "Banho da Cerveja", vem sendo utilizada pela população há mais de 30 (trinta) anos, até que a empresa agravante, por questões políticas, teria começado a impedir o acesso à mesma.

389B

011



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Ora, se o “Banho da Cerveja” é utilizado pela população do Município de Cortês como área de lazer de uso comum do povo, *“já possuindo, inclusive, uma urbanização com alguns equipamentos e mobiliários públicos, como bicas, piscinas, pontes, refletores, banheiros”* (fls. 79) – sendo certo que a alegação da empresa agravante de que nela implementou programa de responsabilidade social corrobora essa destinação – afigura-se patente a utilidade pública declarada como fundamento do ato expropriatório municipal em questão (fl. 101).

Registro, a esse respeito, que o próprio laudo pericial acostado pela empresa agravante (fl. 122), descreve a área em questão como *“imóvel urbano, situado na cidade de Cortês, Centro, servindo de área de lazer para a população, formada por uma área plana e outra acidentada, tendo no seu interior a passagem do Rio Serinhaém, já que a população usa o local para banhos de lazer”*.

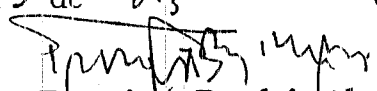
Nesse contexto, tenho por densa em verossimilhança a alegação do Município de que a área em questão consolidou-se, durante largo espaço de tempo – mais de 30 (trinta) anos –, como objeto de utilização constante pela população, sem oposição do particular, o que a rigor confere-lhe o *status* de bem que, não obstante de domínio particular, destinou-se ao uso público.

Ou seja, em juízo de cognição sumária, não exauriente, aparenta-se estar diante de uma área de terra que, *de fato*, já detém a natureza de *bem de uso comum do povo*, que, como tal, não pode ter a sua *posse* reivindicada pelo titular do domínio registral, muito embora assista ao proprietário o direito de ser plenamente indenizado.

Nessa ordem de idéias, cuido que a autorização de imissão provisória do Município na posse da área se apresenta como ato de regularização de uma situação de fato já adrede constituída.

Por essas razões, **nego provimento** ao presente recurso de agravo de instrumento, cassando, via de consequência, a suspensividade deferida pela relatoria anterior (prejudicado o regimental em apenso).

Recife, 3 de dezembro de 2009

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator